



Entre Portugal e Europa, *O homem suspenso* de João de Melo

Márcia Valéria Zamboni Gobbi

Resumo: O objetivo deste artigo é propor uma reflexão a respeito das formas pelas quais a literatura portuguesa contemporânea tem, através do exercício ficcional, revisitado criticamente a história da nação lusitana, interessada que está em rever as bases de sua construção identitária, necessariamente posta em questão especialmente a partir do ingresso de Portugal na União Européia. Para tanto, centra-se na análise do romance *O homem suspenso*, do escritor açoriano João de Melo.

Palavras-chave: romance português contemporâneo; relações entre ficção e história; identidade; imaginário; ironia.

Abstract: The purpose of this article is to present a reflection about the forms by which the contemporary Portuguese literature has critically reviewed, through fictional exercises, the History of the Portuguese nation. This fiction re-examines the “scaffolds” of Portugal’s national identity, questioned especially after Portugal joined the European Union. In order to discuss this theme the article analyses the novel “O Homem Suspenso”, written by João de Melo.

Keywords: contemporary Portuguese novel; relations between History and fiction; identity; imaginary; irony.

Mas quando nos julgarem bem seguros,
Cercados de bastões e fortalezas,
Hão de cair em estrondo os altos muros
E chegará o dia das surpresas.

José Saramago, “Ouvindo Beethoven”
fragmento de *Os poemas possíveis*)

Em 1986, José Saramago publicou *A jangada de pedra*, romance que se tornou emblemático da reflexão sobre o lugar que Portugal poderia – ou deveria – ocupar diante de uma nova organização social, econômica, cultural e política que vinha alterando, literalmente, a fisionomia do mundo: não era só a história – a recente, em especial - que passava por um visível processo de revisão crítica, com todas as tensões, os confrontos e as perplexidades que sempre vêm à tona com mais força nos momentos de crise generalizada e de alcance mundial, como têm sido estes em que vivemos; era também toda uma geografia que se refazia, pondo em questão o *locus*, a noção de territorialidade, o ser no (seu?) espaço – deslocamentos e reposicionamentos que o romance metaforizava com uma força impressionante, sendo, também por isso, certamente um marco não só na trajetória de seu autor como na da própria literatura portuguesa contemporânea. Era a identidade novamente posta em foco, e re(a)presentada com toda a solidez de suas tradições, de suas origens, de seus mitos,

figurativizados nos percursos dos personagens inesquecíveis que são Pedro Orce, Maria Guavaira, Joaquim Sassa, José Anaiço e Joana Carda, responsáveis por esse trânsito invertido – e ainda assim mítico - que vai do apocalíptico despregamento da península ao novo, fecundo (e eterno) recomeço que o final do romance alegoriza; mas era também, e principalmente, a identidade lusíada questionada, vazada, indefinida, virada do avesso, remontada em novas bases, em face de sua iminente e inevitável – de fato e de direito - europeização; era uma percepção diferente da lusitanidade, já que levava em conta sua fragilidade, sua fluidez, sua necessidade de estar permanentemente aberta para tentar, paradoxalmente, conter ainda algo que a pudesse delimitar, mesmo que em linhas sempre provisórias, incessantemente redesenhadas; era, ainda, o convite a uma busca, a uma nova busca que voltaria a aproximar Portugal de suas antigas colônias, não mais movido pelo desejo de conquista, que sempre camufla o de poder, autoriza a hierarquia e promove a exclusão, mas no sentido – utópico? – de uma fraternidade possível, a ser construída de forma consciente e consistente.

Dez anos depois, o açoriano João de Melo publica *O homem suspenso*, romance que tem como lastro histórico – digamos assim – a mesma entrada de Portugal para a Comunidade Européia. João de Melo dedicou-se, na passada década de 70, à composição de uma *Antologia panorâmica do conto açoriano*; o arquipélago – suas histórias e costumes, a especificidade de um imaginário plasmado no isolamento natural a que sua condição geográfica o submete, os dilemas entre o partir para o ‘mundo’ e o ficar nas ilhas, entre uma identidade ao mesmo tempo portuguesa e propriamente açoriana – tudo isso, enfim, foi objeto de alentados ensaios críticos publicados pelo autor entre o final da década de 70 e o início da seguinte. A temática açoriana modula também a voz de muitos de seus textos ficcionais, embora se amplie, por exemplo, para a da guerra colonial – memória que ecoa naquele que talvez seja o seu romance mais conhecido, *Gente feliz com lágrimas*, publicado em 1988. Vê-se, portanto, que a questão da identidade sempre pontuou a escrita, tanto ficcional quanto ensaística, do autor – e dela ele não foge em *O homem suspenso*. Ao contrário, amplia-a: é agora a própria idéia da lusitanidade, defrontando-se com uma ainda tateante europeidade, que o romance coloca em cena. O modo como nele se configura esse retorno ao tema basilar da literatura contemporânea em Portugal, e tão caro a seu autor, é o objeto das reflexões que seguem.

O primeiro capítulo de *O homem suspenso* abre-se, como um pórtico, para a cidade de Lisboa, cenário privilegiado do percurso afetivo-político-existencial que o narrador registrará num ‘tom menor’, numa linguagem intimista, claramente comovida, em que ressoam, por outro lado, diversas interferências intertextuais, emolduradas pela epígrafe de Jorge de Sena –

“Eu sou eu mesmo a minha pátria” (MELO, 1996, p. 9) -, que determina, de fato, o cerne de toda reflexão que o romance irá sugerir, e pela *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, guia de viagem deste náufrago de outras mas igualmente perdidas eras.

Nesse sentido, podemos pensar, como primeiro passo na caracterização do romance, na imagem de um ‘diário de navegação’ que se segue à separação de um casal – o protagonista e Carminho – depois de onze anos de convivência. Atordoado, à deriva, o homem (a quem falta um nome) vacila também na afirmação do modo de contar a sua história: alterna uma voz que fala de si em primeira pessoa com uma outra que tenta se distanciar – ou se aproximar pelo lado de fora – e falar de um ‘ele’, mas que é logo arrastada para o redemoinho das reminiscências e de reflexões muito pessoais, e que, por isso, abdica de sua luta e assume, já pelo meio do livro, a impossibilidade do afastamento. Como bem assinalou o também açoriano Urbano Bettencourt, em sua leitura de *O homem suspenso*,

[a] narrativa na terceira pessoa é posta a serviço da recuperação de um tempo anterior, o do encontro, descoberta e, finalmente, perda de Maria do Carmo, aliás, Carminho. Por seu lado, a narrativa na primeira pessoa, de natureza predominantemente simultânea e tornada exclusiva a partir do capítulo quinze, assume-se como veículo representativo da viagem pelo interior e pela margem de Lisboa, onde os sinais de “uma aldeia de todos”, familiar e afectiva, são já obscurecidos e ameaçados pelas nuvens que chegam dos “céus da Europa Unida”, assépticas e displicentes, tão soberanas e distantes como as máquinas-símbolo do progresso e da comodidade que, mesmo pontapeadas e esmurradas, continuarão muito polidamente a aconselhar: “dirija-se ao multibanco mais próximo” (BETTENCOURT, 1996, p. 1)

É essa tensão entre um dentro e um fora, entre um estar fixo e um estar em trânsito, entre algo (que parecia) sólido (o casamento, a casa, o ‘lugar no mundo’ e o eu centrado nele) e a dissolução inesperada disso tudo, coincidindo, no plano da história, com a mesma tensão e o mesmo desconforto advindos da situação de Portugal frente à “Europa Unida” que provocam a ‘suspensão’ do protagonista, o qual, significativamente, como dissemos, nem nome tem – o que reforça esse sentido de perda das referências e das certezas consolidadas e apaziguadoras.

Nesse sentido, cabe aqui a reflexão de Zygmunt Bauman (2005, p. 35), já que ele nos alerta para o fato de que

O anseio por identidade vem do desejo de segurança, ele próprio um sentimento ambíguo. Embora possa parecer estimulante no curto prazo, cheio de promessas e premonições vagas de uma experiência ainda não vivenciada, flutuar sem apoio num espaço pouco definido, num lugar teimosamente, perturbadoramente, “nem-um-nem-outro”, torna-se a longo prazo uma condição enervante e produtora de ansiedade.

É justificável, portanto, que o protagonista, nesse momento em que ‘perde o chão’, procure recompor os traços que o identificam (ainda que, como herói de um romance, saiba

que sua busca já é, de antemão, falhada, e que só poderá, de si, perseguir fragmentos), tentando remontá-los e articulá-los. Se parece que a identidade possa vir a se configurar como um quebra-cabeças em que os fragmentos finalmente encontram a paz do seu lugar no desenho, montando um todo coerente e coeso em que o indivíduo enfim se reconhece, é importante lembrar, em contrapartida, da bela metáfora criada por Zygmunt Bauman (2005) para a identidade contemporânea, só passível de ser concebida como permanentemente incompleta:

O quebra-cabeça que se compra numa loja vem completo numa caixa, em que a imagem final está claramente impressa, e com a garantia de devolução do dinheiro se todas as peças necessárias para reproduzir essa imagem não estiverem dentro da caixa ou se for possível montar uma outra usando as mesmas peças. E assim você pode examinar a imagem na caixa após cada encaixe no intuito de se assegurar que de fato está no caminho certo (único), em direção a um destino previamente conhecido, e verificar o que resta a ser feito para alcançá-lo.

Nenhum desses meios auxiliares está disponível quando você compõe o que deve ser a sua identidade. Sim, há um monte de pecinhas na mesa que você espera poder juntar formando um todo significativo – mas a imagem que deverá aparecer ao fim do seu trabalho não é dada antecipadamente, de modo que você não pode ter certeza de ter todas as peças necessárias para montá-la, de haver selecionado as peças certas entre as que estão sobre a mesa, de as ter colocado no lugar adequado ou de que elas realmente se encaixam para formar a figura final. [...] Você está *experimentando com o que tem*. Seu problema não é o que você precisa para “chegar lá”, ao ponto que pretende alcançar, mas quais são os pontos que podem ser alcançados com os recursos que você já possui, e quais deles merecem os esforços para serem alcançados. [...] A tarefa de um construtor de identidade é, como diria Lévi-Strauss, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão... (BAUMAN, 2005, p. 55; grifos do autor).

De todo modo, como a identidade está essencialmente fundada na memória, já que esta é uma linha que nos liga ao passado - e não apenas ao passado que nós próprios vivemos -, o que se tem, no plano da diegese, é justamente a efetivação dessa tentativa de recompor-se pela retenção de pedaços de uma memória que vagueia no compasso dos movimentos desse homem, primeiramente, por espaços institucionalizados da sua vida pública, reconhecendo-os mas já incapaz de incorporá-los novamente à novidade da sua situação de homem “expulso da vida e da casa de Carminho” (MELO, 1996, p. 16): a universidade onde leciona literatura, a pensão quase surreal onde por um instante pensa em alojar-se, o açougue onde garimpa ossos para o seu cão, o hospital onde busca com seu psiquiatra o salvo-conduto para permanecer à deriva, a igreja onde faz pouso de emergência e a própria casa, para onde volta em busca apenas do necessário a sua sobrevivência. Depois, o itinerário se amplia, e o homem volta à aldeia de sua infância e da casa de seus pais – quadro do amor e da dor, por onde “corre um rio invisível e profundo, um rio vindo de muito longe, um rio desde sempre anterior aos segredos todos do tempo e do mundo” (MELO, 1996, p.160); volta também aos arredores de Lisboa, onde habita, teme e espera Mariana - esta refiguração de uma Penélope eterna -, e ao

seminário do tempo antigo e da fé esquecida, em Fátima, até partir para a viagem que se quer sem volta, para a França. “Há muito, aliás, que a vida em mim é sempre uma travessia do espaço e a consciência disso” (MELO, 1996, p. 214), diz o narrador.

Esse percurso do narrador-protagonista parece figurativizar com precisão aquilo que Zygmunt Bauman (2005, p. 30) considera como a característica primordial do problema da identidade no mundo contemporâneo: a perda da solidez da noção de pertencimento¹. Diz ele: “Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer ‘natural’, predeterminada e inegociável, a ‘identificação’ se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso” (grifo do autor).

É nessa busca de um “(ainda que ilusório ou fraudulento) sentimento de nós” (BAUMAN, 2005, p. 31) que flagramos o protagonista. É, portanto, num primeiro plano, a uma idéia de identidade individual em crise que o romance se volta – a do homem que sai à procura das ‘âncoras sociais’ que possam ajudá-lo a recompor-se, a ajustar novamente o eixo que trinca a partir da crise conjugal, fio narrativo que irá conduzir as reflexões do protagonista, num plano ampliado, mas solidamente articulado à sua trajetória, sobre uma outra crise de identidade: a da lusitanidade.

É preciso esclarecer que essa reflexão sobre a questão da identidade, dada pelo entrelaçamento entre a esfera do indivíduo e a da coletividade², é motivada, no enredo, pelo fato de o protagonista, professor universitário, estar prestes a se deslocar para Poitiers, na França, onde irá proferir uma palestra sobre identidade – motivo tratado ironicamente, e até com um mal disfarçado sarcasmo, na passagem em que o personagem, tendo ido a Fátima para despedir-se de um grande amigo do passado, Frei Bernardo, a ele justifica sua viagem:

- Vou a Poitiers fazer não sei bem o quê – respondo. – Suponho que falar de identidade, do meu sentimento europeu, de uma nova portugalidade.
 - Coisa feia, hem! - exclama de pronto Frei Bernardo, parando, olhando-me com surpresa e piedade. – Se fosse a ti, dava parte de doente, punha-me a dormir, livrava-me desses trabalhos. Identidade num tempo destes, menino?! Portugalidade! Sentimento europeu! Ah, tem dó, não ofendas a Santa Igreja, não renegues a Deus Nosso Senhor!
 E então desatamos a rir, a rir e a rir como dois possessos, a rir do princípio até ao fim da alma [...]. (MELO, 1996, p. 207)

Este riso (que vem da ‘alma’) parece revelar a percepção da fragilidade e da condição eternamente provisória da identidade, que não podem mais ser ocultadas – ao contrário, precisam ser assumidas e escancaradas. Isto porque também a identidade é um mito; também

¹ É importante notar, todavia, que Bauman reconhece que essa noção de pertencimento, pressupostamente dada naturalmente ao indivíduo que se reconhece “pertencer-por-nascimento” a uma determinada comunidade (a uma Nação, na sua formulação mais específica), foi sempre uma “convenção arduamente construída – a aparência de ‘naturalidade’ era tudo, menos ‘natural’” (BAUMAN, 2005, p. 29). Daí também o seu reconhecimento, análogo ao de Benedict Anderson (1989), de que “a ‘nação’ foi uma entidade imaginada que só poderia ingressar na *Lebenswelt* se fosse mediada pelo artifício de um conceito” (BAUMAN, 2005, p. 29).

² O romance contemporâneo tem explorado a perspectiva da memória individual como um ponto de vista sobre a memória coletiva, o que justifica esse entrelaçamento ficcional entre os planos referidos.

ela, como afirma o mesmo Bauman (2005, p. 21), é “algo a ser inventado, e não descoberto”; também ela, portanto, é uma ficção, na medida em que se constitui como um “eu postulado” (BAUMAN, 2005, p. 21) que, pela sua própria natureza, escapa ao controle da verificabilidade e, por conseguinte, ao princípio da verdade. Também ela se consolida como uma ‘fala’.

Curioso também é notar que nessas andanças do protagonista, não raramente o leitor se vê diante da indistinção entre o que de fato foi (e que agora ele narra) e o que ficou só no dito – mais um liame a vincular a narrativa à *Peregrinação* inspiradora, conhecedores que somos da “ilusão excessiva desse Fernão que mente no sabido estilo de todos os marinheiros de longo curso” (AGUIAR, 1996, p. 3) e, também, mais um dado a consolidar a adesão desse relato à esfera da ficcionalidade, do ‘mundo’ criado como linguagem, que está ao mesmo tempo aquém e além do controle da verificabilidade, mesmo considerando-a no plano estrito do universo ficcional. Esta ambigüidade na representação do real ficcional e no ‘estatuto de verdade’ que o narrador assume diante de seu relato ratificam, ainda, o caráter irônico da composição do romance. Por isso, o leitor fica também à deriva nesse tempo-espço da memória do narrador, que ora desliza em câmara lenta, ora se precipita de forma tormentosa, querendo tudo fixar no limiar entre as coisas vividas e agora ausentes e aquelas só – e para sempre – imaginadas.

Nessa ‘ânsia de pertencimento’ que caracteriza a trajetória do protagonista, como temos visto, um elemento novo ainda se destaca: o encontro que ele tem, em sua solidão, com um cachorro de rua, que passa a segui-lo e que o homem acaba por ‘adotar’. O homem também não lhe dá exatamente um nome: chama-o simplesmente de Cão. Cão passa a ser, portanto, a um só tempo, ‘nome de batismo’ e condição; solidário no silêncio, no abandono e na humildade, o cão aceita que o homem a ele dirija a sua necessidade de oferecer afeto e cuidado; aceita ser o outro, para referendar a existência daquele que o tem por companhia. Aceita ser ‘parâmetro de identidade’, existindo para que o homem não se perca ainda mais de si mesmo. Isto porque, como sabemos, toda idéia de identidade só pode se compor na diferença. É sempre o sentido da alteridade que a legitima: só em face do outro é que posso me reconhecer como ‘eu’³:

Afinal de contas, a essência da identidade – a resposta à pergunta “Quem sou eu?” e, mais importante ainda, a permanente credibilidade da resposta que lhe possa ser dada, qualquer que seja – não pode ser constituída senão por referência aos vínculos que conectam o eu a outras

³ Todorov (2003, p. 53), por exemplo, defende que toda construção identitária se faz com base num processo de exclusão, uma vez que a alteridade deve ser entendida como “uma emoção surgida do centramento da autoconsciência num “eu” soberano que separa uma identidade de tudo o que ela exclui.”

peças e ao pressuposto de que tais vínculos são fidedignos e gozam de estabilidade com o passar do tempo. (BAUMAN, 2005, p. 75)

É evidente que ao fazer de um cachorro abandonado a ‘medida’ do reconhecimento e da sobrevivência da identidade do protagonista, o romance, mais uma vez, joga ironicamente com seu leitor, chamando a atenção para o isolamento cada vez mais ostensivo – e mais pungente – a que o homem contemporâneo se vê submetido entre os seus ‘pares’, além de, no plano mais estrito da diegese, referendar o ‘estado de espírito’ do protagonista em seu momento de crise.

Pelo que vimos demonstrando, parece inquestionável considerar que estamos diante de um romance que se ancora explicitamente numa reflexão sobre o que sustenta, contemporaneamente, o sentido de identidade - não só a do homem, mas a da Nação. Esta ampliação do ‘objeto’ em questão – da identidade individual para a ‘portugalidade’ – vai ficando mais evidente na medida em que o romance se encaminha para seu final, o que nos permite afirmar que a dimensão política de *O homem suspenso* não está implícita; é marcada e tem um referente claramente reconhecível, como a princípio já indicamos: ancora-se na polêmica e ainda problemática entrada de Portugal para a União Européia. Nesse sentido, é fundamental atentarmos para este fragmento do romance:

Tenho agora Portugal inteiro na minha frente. Começaram a nascer os filhos da Europa. E estão morrendo os velhos portugueses – tanto os crentes como os incrédulos. Se aos filhos não pudermos falar da vida e da nossa terra, que coisas iremos nós ensinar aos filhos da Europa, que não seja uma qualquer teoria, ou a arte e a manha, ou a artimanha de todos nos considerarmos fingidamente europeus? (MELO, 1996, p. 177)

Parece-nos que esse fragmento põe em causa o grande ‘nó’ do ‘estar no mundo’ português neste momento de sua história - daí ele parecer-nos tão significativo, assim como o romance que o contém: o que representa para o português tornar-se europeu? O que se perde e o que se ganha nesse processo de afrouxamento de uma identidade – ainda que imaginária - tão solidamente definida ao longo da história, e que agora precisa abrir-se para ser outra coisa – também esta ‘outra coisa’ só imaginariamente possível de ser esboçada? O que fazer com tanto passado? Reduzi-lo a uma ‘insignificância’? Por outro lado, como não levar em conta a necessidade de um reposicionamento de Portugal diante de uma inevitável “intensificação das interações globais [que] parece desenvolver-se segundo uma dialéctica de desterritorialização-reterritorialização” (SANTOS, 1997, p. 59) e que encaminha a necessidade de integração efetiva de Portugal no ‘território’ da unidade europeia? Se toda identidade se estabelece como partilha de campos simbólicos, que ‘redes’ Portugal conseguirá tramcar com um ‘território’ no qual foi, ao longo dos séculos, sistematicamente excluído ou

ostensivamente ignorado? Como deixar de ser ‘ilha’ – “ilha simbólica, entenda-se, mas é isso que importa”⁴ - como afirma Eduardo Lourenço (1999, p. 94)?

Pode-se considerar que *O homem suspenso* seja um livro datado, por remeter a um espaço e a um tempo específicos, ou mesmo que seja o mais francamente ideológico dos romances de João de Melo. Não se poderá, por outro lado, perder de vista o que afirmou Álvaro de Oliveira em relação a este romance, considerando-o

O retrato, por ventura impiedoso e hiper-realista, duma geração portuguesa que amadureceu intervindo na guerra colonial; que se deixou extasiar com a revolução do 25 de Abril; que se foi desencantando com o evoluir político do sistema democrático; e que acabou por derrapar no Portugal da Europa, através da tábua rasa que procura nivelar comunidades profundas (como a portuguesa) e sistemas econômicos e culturais incompatíveis. (OLIVEIRA, 1996, p. 6)

Quaisquer que sejam os argumentos propostos, parece-nos que a escrita de João de Melo articula a este equacionamento de valores éticos e culturais e a esta reproposição do sentimento de exílio permanente, do ser estrangeiro – lá como em qualquer parte – questões que são muito nossas, e em que é possível, a cada um de nós, de forma mais difusa ou mais marcada, até reconhecer-se (talvez dizendo, como o fez Cristóvão de Aguiar (1996, p. 7) em carta ao amigo autor, que a leitura do livro “deixou-me o pordentro em carne viva”). Isto porque *O homem suspenso* é também uma história de amor, daquelas que merecem ser contadas: amor de um homem por sua mulher, por seus pais, por sua história, por sua terra, por sua literatura, por seu cão – e, por que não, por todos nós, leitores (os amigos ‘outros’ a quem o romance é dedicado), que havemos de recordar desta história “com um pouco de alegria no coração” (MELO, 1996, p. 218), como desejam as palavras finais do livro.

É, finalmente, o testemunho dessa ‘identidade em suspenso’ que ecoa pela voz, entre angustiada e perplexa, do narrador do romance de João de Melo: “Sou um homem suspenso, um homem perfilado banido exilado na deriva e no inverno da sua vida” (MELO, 1996, p.

⁴ “Quando, nas primeiras décadas do século XIX, Portugal, pela pena dos primeiros representantes de um novo Portugal – saído da Revolução Liberal -, faz o balanço da sua situação no mundo, quer dizer, na Europa, e, ao mesmo tempo, se volta para o passado para saber se ainda terá futuro, fá-lo já como se não fosse Europa ou então uma outra espécie de Europa. É então que se dá conta de até que ponto a sua situação é singular. Dessa singularidade faz parte o estranhíssimo fenômeno, mais do que paradoxal, de ter sido durante séculos uma nação que viveu e se viveu simbolicamente como uma ilha, sendo ao mesmo tempo um povo que desde os séculos XV e XVI se instalara no papel de descobridor e colonizador, em terras de África, do Oriente e do Brasil. Nesse diagnóstico não era muito claro que essa situação de país isolado – e por isso em perigo – e esse alheamento, pelo menos relativo, do movimento geral da civilização e da cultura européias, tinha uma relação íntima com esse fato, ainda hoje insólito, de uma pequena nação se ter convertido num Império. Só hoje, no fim desse Império, aparece com outra evidência que a nossa situação de “ilha”, quando nos consideramos em relação à Europa, está intimamente conexa com o nosso destino imperial. Durante séculos, nem para nós nem para os outros Portugal era outra coisa do que um país que tinha um Império. E esse estatuto, que foi – e continua sendo na nossa memória – o identificador supremo de Portugal, converteu-nos na ilha histórica mítica por excelência da Europa. O Império português não foi um mero prolongamento da ‘pequena casa lusitana’ [...] mas foi, sobretudo para o Portugal europeu, um refúgio.” (LOURENÇO, 1999, p. 94-95)

218). Escrito entre dezembro de 1991 e setembro de 1995 – como registram os parênteses finais do romance –, *O homem suspenso* não foge a um posicionamento a um só tempo político e ideológico, sem deixar de realizar-se como ficção: em meio ao mar revolto que, mais uma vez, atinge em cheio a realidade desse país que não quer se deixar naufragar, João de Melo edifica sua narrativa esgarçada, seu canto de despedida, seu homem adiado, suspenso entre o ser e o nada, em compasso de espera⁵.

É importante ressaltar, mais uma vez, e a partir da escolha de *O homem suspenso* como romance emblemático dessa “crise de pertencimento” tão bem caracterizada por Bauman (2005, p. 28) e tão presente na discussão da lusitanidade levada a efeito pela narrativa portuguesa contemporânea, que tal reflexão está longe de fechar-se: abre-se indefinidamente para uma imagem futura, a ser construída, da nação portuguesa; seja este futuro qual for, é importante lembrar que, para o bem ou para o mal, e como tem sido até aqui, ele “não poderá ser reduzido ao futuro dos outros” (SANTOS, 1997, p. 73)

Referências

- AGUIAR, Cristóvão. de. Carta a João de Melo sobre *O homem suspenso*. Suplemento Açoriano de Cultura n.43. *Correio dos Açores*, 21 nov. 1996, p. 7.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. Trad. Lólio L. de Oliveira. São Paulo: Ática, 1986.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BETTENCOURT, Urbano. Um homem vê no espelho a sua imagem inexistente. Suplemento Açoriano de Cultura n.43. *Correio dos Açores*, 21 nov. 1996, p. 1-2.
- LOURENÇO, Eduardo. *Mitologia da saudade seguido de Portugal como destino*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- MELO, João. de. *O homem suspenso*. Lisboa: D. Quixote, 1996.
- OLIVEIRA, Álamo. *O homem suspenso: a beleza de uma escrita*. Suplemento Açoriano de Cultura n.43. *Correio do Açores*, 21 nov. 1996, p. 6.
- SANTOS, Boaventura.Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

⁵ Assim também encontram-se os emblemáticos navegantes da jangada de Saramago (1986, p. 330): “Os homens e as mulheres, estes, seguirão o seu caminho, que futuro, que tempo, que destino. A vara de negrilho está verde, talvez floresça no ano que vem.”

SARAMAGO, José. *A jangada de pedra*. Lisboa: Caminho, 1986.

TODOROV, Tzvetán. *A conquista da América: a questão do outro*. Trad. Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2003.